

## Sobre o autoritarismo contemporâneo



Por **ELISEU RAPHAEL VENTURI\***

*A astúcia do autoritarismo reside em escapar à nomeação, infiltrando-se no cotidiano como promessa de ordem contra a angústia da incompletude*

### 1.

Nomear o indizível, redizer aquilo que escapa aos discursos oficiais e aos comentários superficiais, não é apenas tarefa de quem escreve, mas gesto ético de quem se recusa a deixar que o fenômeno se dissolva em categorias banais.

O autoritarismo contemporâneo, ao contrário das velhas ditaduras, não se apresenta em fardas alinhadas nem em decretos que suspendem abertamente as garantias constitucionais; ele se insinua como promessa de liberdade, como defesa da democracia, como proteção da família ou da pátria, recobrindo de pureza palavras que, em sua origem, deveriam sustentar abertura, convivência e pluralidade.

Diante desse mascaramento, nomear não é só descrever, é desvelar: é mostrar que por trás do vocabulário da liberdade se move o desejo de revanche, que por trás do discurso da moral se organiza a pulsão de exclusão, que por trás da encenação da ordem se abriga a incapacidade de sustentar a falta.

Nomear, aqui, é recusar o jogo de sombras que tenta interditar a própria linguagem, é devolver à palavra a função política que o autoritarismo tenta interditar. É nesse esforço que expressões como autoritarismo emocional, reacionarismo performático, populismo revanchista, conservadorismo insurrecto e fundamentalismo identitário se tornam ferramentas analíticas mais finas.

O autoritarismo emocional se dirige ao ressentimento íntimo, alimentando-se do medo, da raiva, do orgulho ferido; nele, não há razão pública, há ferida aberta transformada em discurso, há apelo ao pré-político que justifica recuos civilizatórios. O reacionarismo performático encena uma insubordinação permanente, mesmo quando governa, fazendo-se oposição quando ocupa o poder, dramatizando a decadência do presente para apresentar-se como salvador messiânico; é espetáculo de colapso.

O populismo revanchista não deseja incluir, deseja punir: não se move para ampliar a comunidade política, mas para corrigir aqueles que ousaram falar, revogar direitos, inverter conquistas. O conservadorismo insurrecto vive do paradoxo: não deseja conservar, mas restaurar uma ordem imaginária que nunca existiu; se apresenta como resistência, mas é impulso de reimposição autoritária com verniz rebelde. O fundamentalismo identitário, por fim, fixa sujeitos a essências inamovíveis – nacionais, religiosas, sociais, étnicas – e expulsa o diverso como ameaça ontológica, recobrindo a violência com signos de tradição, fé ou moralidade.

Esses nomes não são adornos estilísticos, são modos de circunscrever camadas do desejo autoritário. Eles revelam que não se trata apenas de política instrumental, mas de uma economia de afetos que mobiliza ressentimento, medo e nostalgia como força de governo.

A astúcia dessa política não está em sua brutalidade, mas em sua capacidade de escapar à nomeação, de se simular em linguagem aceitável, de se infiltrar em práticas cotidianas.

Por isso, nomear importa: não para rotular, mas para restituir à linguagem seu poder de resistência. Quem nomeia, delimita o possível, traça as margens do comum, restitui à política a sua função de abrir espaço para a convivência na diferença.

## 2.

Se atravessamos agora o campo da psicanálise, vemos que esse desejo autoritário não pode ser confundido com simples vontade de poder. Jacques Lacan nos lembra que o desejo não é coisa pura nem força autônoma: o desejo é sempre desejo do Outro, nasce da falta, da divisão, da castração simbólica que funda o sujeito como ser incompleto. Desejar é habitar a incompletude, é ser o que falta em nós.

O desejo autoritário, por isso, só pode ser entendido como forma defensiva diante dessa incompletude: é o desejo de não desejar, de não sustentar o vazio, de entregar ao Outro a função de dizer o que é certo, o que deve ser feito, como deve ser vivida a vida. No discurso do mestre, tal como Jacques Lacan o delineia no *Seminário 17*, esse movimento aparece em toda sua clareza. O mestre fala como se soubesse, mas sustenta sua posição mascarando a própria divisão.

O autoritário é aquele que transforma sua angústia em ordem, que encena certeza onde há falha, que goza em nome do Outro. Mas é preciso acrescentar: o autoritarismo não vive apenas do mando, ele se alimenta também da obediência. Há gozo em se submeter, em abdicar da própria responsabilidade, em entregar ao Outro o peso da falta. A estrutura é dupla: o desejo de comandar precisa do desejo de ser comandado, e ambos se alimentam num circuito fechado de gozo recíproco.

É a partir daí que podemos desdobrar os múltiplos desejos derivados que compõem o desejo autoritário. O desejo de submissão não é só obediência, mas desejo de que o Outro deseje por nós, recoberto de palavras como tradição ou disciplina, que funcionam como véus de um pedido inconsciente de alívio. O desejo de governar o outro não é só ambição de poder, mas tentativa de suprimir a angústia que a alteridade encarna, desejo de capturar o desejo do outro, de fazê-lo coincidir com o próprio, de estabilizar o imprevisível. O desejo de pureza se expressa na ânsia de eliminar ambiguidades, restos, impurezas, mas toda pureza é violência, toda higiene é exclusão.

O desejo de identidade fixa fantasia essências estáveis, sufocando o devir e interditando a transformação. O desejo de silenciamento não precisa prender nem censurar: basta pedir menos diferença, menos ruído, menos complexidade. O desejo de visibilidade total, em contrapartida, grita tudo, transforma transparência em fetiche, converte vigilância em gozo.

O desejo de coerência absoluta persegue a unidade impossível, cancelando o que falha, autoflagelando-se na busca de perfeição. O desejo de espetáculo moral transforma a virtude em performance, em cena de reconhecimento, esvaziando o gesto ético.

O desejo de punição é o mais cruel: goza em punir, confunde justiça com vingança, consola a impotência pela destruição do outro. O desejo de antecipação total procura controlar o acaso, eliminar o imprevisto, reduzir a vida a algoritmos e métricas. E o desejo de imunidade se fecha em bolhas, recusando o risco da alteridade, buscando segurança na homogeneidade.

Cada um desses desejos mostra que o autoritarismo não é apenas escolha política, mas forma de estruturação do desejo diante da angústia constitutiva. Não é acidente, é resposta. E por isso, quando passa à esfera coletiva, o desejo autoritário se converte em sintoma político.

Deseja-se ordem como se ela fosse salvação, deseja-se obediência como se fosse dignidade, deseja-se punição como se fosse reparo. O direito, nesse contexto, deixa de ser linguagem de mediação e se torna ferramenta de gestão dos desvios; a política, em vez de escutar o mal-estar, transforma-o em espetáculo de correção.

O vocabulário se altera: já não se fala em justiça, mas em segurança; já não se fala em igualdade, mas em mérito; já não se fala em dignidade, mas em produtividade. O desejo autoritário infiltra-se na própria gramática da vida social como fantasia.

### 3.

É aqui que a crítica precisa ser mais profunda. Não basta denunciar o autoritarismo como retrocesso, nem o descrever como desvio moral. É necessário escutá-lo como sintoma.

Isso significa compreender que sua força não está apenas nas instituições ou nos líderes, mas nos afetos capturados, nos medos organizados, nos desejos domesticados. A crítica não pode ser apenas jurídica nem apenas moral: ela deve ser clínica, ainda que fora do *setting*. Deve escutar o desejo de submissão, o gozo da punição, a ânsia de pureza, e nomeá-los como fracasso da linguagem, não como êxito da ordem.

A pergunta, então, é: como atravessar o desejo autoritário ou, mais propriamente, a fantasia que ele engendra? Não há saídas fáceis, mas há travessias possíveis.

O desejo de submissão pode ser atravessado pela assunção do desejo: reconhecer-se como sujeito que deseja, ainda que erre. O desejo de pureza encontra saída na hospitalidade ao ambíguo: aceitar que toda linguagem é falha, que todo corpo é atravessado, que toda norma é incompleta. O desejo de identidade fixa se desloca para a multiplicidade, para o eu como dobra, não como essência.

O desejo de silenciamento se desfaz na escuta radical do que incomoda, escuta que não traduz nem apazigua. O desejo de visibilidade total pode ser atravessado pelo silêncio ético, silêncio que não é omissão, mas recusa do espetáculo. O desejo de coerência absoluta se desfaz na ética da contradição, no reconhecimento de que o sujeito é sempre dividido. O espetáculo moral cede ao gesto mínimo, invisível, que não pede testemunho.

A punição pode ser atravessada pela responsabilização sem gozo, que separa justiça de vingança. A antecipação se desloca para o saber-fazer com o acaso, que reconhece valor no imprevisto. A imunidade se dissolve na abertura ao comum, não como fusão, mas como coabitação no desconforto.

Mas por que alguém deixaria o desejo autoritário, se ele oferece ordem, pertencimento e alívio? A travessia não começa por decisão racional, mas por fratura. Começa quando o gozo prometido já não consola, quando a repetição se torna insuportável, quando o ideal já não sustenta a vida.

Pode ser um trauma, uma perda, um encontro com a alteridade, uma experiência estética ou amorosa que abre fissura, uma análise que desnuda, um silêncio que acolhe. Às vezes é pela saturação: o sujeito exaure-se tentando sustentar a identidade autoritária e já não suporta repetir. A travessia começa no tropeço, na rachadura, no vazio.

É nesse ponto que pensar o desejo autoritário como *sinthoma* pode ser decisivo. O *sinthoma*, em Jacques Lacan, é invenção singular que permite que o sujeito sustente o nó do real, do simbólico e do imaginário diante do insuportável. O desejo

autoritário é, nesse sentido, um modo de amarração. Extirpá-lo seria repetir a lógica autoritária da purificação. O que cabe é reinscrevê-lo: não eliminá-lo, mas saber-fazer com ele. Transformar a ânsia de ordem em compromisso, a sede de justiça em escuta, a necessidade de coerência em aceitação da contradição, e assim por diante.

Esse saber-fazer não é doutrina nem técnica, muito menos dever, é assunção singular de posições éticas. Significa sustentar a falta, recusar a completude, abrir espaço para a diferença. Significa não eliminar o desejo autoritário (que nada mais é do que um algo nominado, um conjunto de posições e condutas rotuladas), mas reinscrevê-lo de modo habitável, menos mortífero para si e para os outros. Significa fazer do desejo autoritário não um destino, mas ponto de passagem. Nomear, escutar, reinscrever: esse é o tríptico fundamental; com seus termos, sua linguagem, sua história, sua experiência.

No fim, o autoritarismo não desaparece, porque ele habita cada um de nós em formas sutis, às vezes simulada de virtude. Mas é precisamente porque ele nos atravessa que sua crítica deve ser clínica e não apenas moral. Escutar os desejos do desejo autoritário, compreender seus fantasmas e gozos, nomear sua cena e suas ficções, e a partir de aí propor (propor a si) travessias éticas. Sustentar a falta, aceitar a contradição, abrir espaço para o imprevisto. O que resta, e já é muito, é a liberdade de desejar de outro modo, mesmo sabendo que o desejo nunca terá resposta final.

## 4.

Chamar posições de “desejo autoritário” é tocar numa fratura conceitual: o desejo, em sua definição mais rigorosa, não conhece fechamento, não se resolve em objeto, não se satisfaz na posse, e justamente por isso mantém aberta a condição de sujeito como ser faltante; já o autoritarismo se ergue na promessa de completar, de resolver, de oferecer a palavra final que estabilize a angústia.

O que aparece, portanto, como contradição em termos, é na verdade revelação provisória e mal calçada do ponto de verdade de uma época que não suporta a incompletude: o desejo não desaparece, mas se converte em compulsão de anular a si próprio, gozo de não desejar, fantasia de que alguém possa desejar em nosso lugar.

Essa deformação se sustenta em uma economia psíquica marcada pelo pedido de consistência: o sujeito autoritário não quer apenas mandar, quer também ser mandado; não quer apenas comandar a cena, mas abdicar da responsabilidade de sustentar a falta.

O desejo autoritário é duplo, funciona como circuito: de um lado, a posição do mestre que encena saber e ordem, de outro, a posição do súdito que goza em obedecer, desde que alguém assuma o peso do indeterminado.

É nesse ponto que o termo revela sua pertinência: não se trata de desejar o autoritarismo, mas de desejar uma forma de livrar-se do trabalho de desejar.

Ao mesmo tempo, a contradição se mantém como marca, porque nenhum autoritarismo consegue de fato apagar a condição estrutural do desejo. Ele promete coerência, mas vive de contradições; promete pureza, mas se alimenta daquilo que expulsa; promete silêncio, mas grita para calar.

O desejo autoritário, em sua essência efêmera, é sintoma: mostra o fracasso da tentativa de suprimir a falta, e ao mesmo tempo a insistência em repetir essa mesma tentativa. É nesse ponto que a política se torna clínica: não basta apontar o erro, é preciso escutar o que o desejo autoritário está tentando tamponar.

Por isso, dizer que “desejo autoritário” é contradição em termos é aceitar apenas a superfície, quando na verdade o paradoxo é sua própria definição. O desejo, ao mesmo tempo em que abre, pode desejar fechar; ao mesmo tempo em que suporta a incompletude, pode exigir completude; ao mesmo tempo em que se move no indeterminado, pode implorar por

determinação. O autoritarismo aparece, então, como forma de desejar contra o desejo, como tentativa de domesticar o vazio, como teatro de certezas diante do impossível de ser dito.

E é justamente nesse lugar que se revela a tarefa ética: não tratar o desejo autoritário como erro a ser eliminado, mas como modo de desejar que precisa ser reinscrito, atravessado, desarticulado de sua compulsão mortífera.

A contradição, longe de ser falha, é a chave para compreendê-lo: é desejo que deseja o impossível, é abertura que deseja fechar-se, é falta que deseja apagar-se. Nomeá-lo como contradição em termos é o começo; sustentá-lo como verdade do sujeito é a travessia.

## 5.

Nomear o indizível, revelar fantasias, criar novas. Esse talvez seja o gesto mínimo diante do autoritarismo. Mas se podemos nomear “desejo autoritário” como estrutura de gozo, o que dizer do “sujeito autoritário”? Ele existe como figura consistente, com identidade própria, ou não passa de uma ficção fantasmagórica e espectral, útil para estabilizar aquilo que, em verdade, atravessa a todos nós em graus distintos?

O risco de falar em “sujeito autoritário” é cair na tentação de localizar o mal em alguém, como se o autoritarismo fosse essência de certas pessoas, partidos, classes ou grupos, e não a operação mais banal de defesa diante da falta. A psicanálise não permite a uma filosofia política esse conforto: não há sujeitos autoritários no sentido substancial, há sujeitos atravessados por fantasias autoritárias, que encontram no gozo de mandar ou obedecer uma forma de contornar o insuportável.

O sujeito autoritário, se existe, só existe como máscara, como encenação de consistência que oculta a divisão. É alguém que encena certezas em sua subjetividade porque não suporta a falha, que dramatiza pureza porque não suporta a mistura, que se entrega ao comando porque não suporta desejar. Mas essa figura não é outra coisa senão o avesso do mesmo sujeito dividido que, afinal, todos somos.

Por isso, talvez seja mais preciso dizer: não há o sujeito autoritário, há a posição autoritária do sujeito.

Essa diferença não é detalhe, mas ponto decisivo: pensar o autoritarismo como posição, e não como essência, impede que o discurso crítico se torne caça a culpados – e devolve ao campo ético a tarefa de atravessar em cada um o apelo ao mestre, o gozo da obediência, a compulsão da pureza.

O “sujeito autoritário” só se torna verdadeiramente perigoso quando acreditamos que ele existe como outro absoluto, quando esquecemos que sua fantasia é também a nossa tentação.

Assim, talvez a única forma de responder à pergunta da existência do sujeito autoritário seja, novamente, em forma de paradoxo, tal qual a do desejo autoritário: o sujeito autoritário existe apenas enquanto não existe. Ele se sustenta na ilusão de unidade, mas dissolve-se quando o vemos como posição sintomática.

Nomear o indizível, revelar fantasias, criar novas fantasias provisórias, incompletas, erráticas – eis o trabalho: não buscar o sujeito autoritário como essência, mas sustentar, em cada sujeito, a possibilidade de não se fixar a essa posição.

**\*Eliseu Raphael Venturi** é doutor em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

Ajude-nos a manter esta ideia.

**CONTRIBUA**

A Terra é Redonda